

NORMA E VARIAÇÃO

MARIA HELENA
MIRA MATEUS

ESPERANÇA
CARDEIRA

Colecção
O Essencial sobre Língua Portuguesa

Coordenação
Maria Helena Mira Mateus
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
ILTEC

Alina Villalva
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Centro de Linguística da Universidade de Lisboa

Norma e Variação
Maria Helena Mira Mateus
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
ILTEC

Esperança Cardeira
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa



Coordenação da colecção: Maria Helena Mira Mateus & Alina Villalva

CAMINHOS

O QUE É A NORMA?

Uma das mais velhas ilusões do homem é a de que uma língua deve ser exactamente igual para todos os que a falam.

Ivo Castro, 2001. *Diversidade Linguística*, in Maria Helena Mira Mateus (coord.), *Mais Línguas, Mais Europa: celebrar a diversidade linguística e cultural da Europa*. Lisboa: Ed. Colibri.

Se não há língua sem variação, a verdade é que também não existe comunidade falante que não tenha consciência de que há 'certo' e 'errado' na língua que fala: os falantes reconhecem que determinadas características não fazem parte do 'bom uso linguístico'. Ou, dito de outro modo: os falantes reconhecem a existência de uma prática padronizada, uma **norma**. É esse padrão que a escola nos transmite. Pareceria, portanto, que a aquisição de um conjunto de regras linguísticas deveria ser simples, bastando que a aprendizagem fosse bem sucedida. E, no entanto... nem sempre é fácil estabelecer limites entre o 'certo' e o 'errado' e temos, muitas vezes, dificuldade em decidir se determinada construção frásica é permitida ou não. Isso acontece por variadas razões. Em primeiro lugar, porque falamos uma língua viva, em constante mudança, e o que antes era aceitável pode ter-se tornado desusado. Palavras novas surgem a cada passo, acompanhando novos objectos ou conceitos, enquanto outras deixam de ser usadas. E não é só o léxico que se renova: também a construção frásica e os próprios sons da língua podem sofrer alterações. O Português de hoje não é igual ao Português de há dois ou três séculos porque o mundo

hoje não é o mesmo de há dois ou três séculos. Se a sociedade muda, a língua muda. Tal como não há língua sem variação, também não há língua que não sofra mudança. O Português que falamos e escrevemos, durante o período limitado da nossa vida, varia consoante a nossa idade, a região, o grupo social ou profissional a que pertencemos e, até, as circunstâncias em que comunicamos. Não escrevemos como falamos e falamos de forma diferente conforme as pessoas a quem nos dirigimos. Quer isto dizer que a língua tem, em cada momento, variação. O mesmo é dizer que o falante tem, a cada momento, a faculdade de escolher uma entre todas as variantes possíveis. Essa escolha é muito clara quando escrevemos: seleccionamos o léxico que usamos, eliminamos repetições, procuramos sinónimos... Por que razão falamos mais pausadamente quando falamos em público do que quando conversamos informalmente com os amigos? Precisamente porque necessitamos de tempo para 'pensar as palavras', isto é, para seleccionarmos, de entre todas as construções frásicas possíveis, as que nos parecem mais apropriadas. O nosso conhecimento do idioma, que não se limita à aprendizagem escolar mas é, também, um saber 'de experiências feito', um entendimento da sociedade em que nos movemos, mostra-nos, a cada passo, qual é a forma mais adequada de nos expressarmos em cada circunstância. Apercebemo-nos, portanto, de que nem todas as variantes da língua têm o mesmo estatuto.

O Português Antigo tinha quatro sons diferentes, que resultaram da evolução de diferentes grupos latinos, com grafias diferentes: ao <s> e ao <ss> de *cozer* e *passo* correspondiam sons apicais e ao <z> e <ç> de *cozer* e *paço* correspondiam sons dentais. Com o tempo este sistema mudou (os quatro elementos apenas se conservam numa pequena região de Trás-os-Montes) e o Português centro-meridional (em que se localiza a norma) realiza, agora, só os sons dentais enquanto a região baixo-minhota-duriense-beirã apenas realiza os apicais. Por isso, quando ouvimos isoladamente a palavra *cozer* (ou *cozer*) não sabemos como escrever: com s ou com z? E como os falantes centro-meridionais não realizam o s apical, confundem-no com um som parecido e quando imitam um falante das Beiras falam 'axim'.

Pode acontecer que uma das variantes seja usual em certa variedade linguística mas não em outra. Imaginemos um beirão que visita Lisboa:

será imediatamente reconhecido como um forasteiro por causa da sua pronúncia do s. O s beirão, que é apical, é diferente do lisboeta, de articulação dental, e ambos são norma, cada um na sua região.

E chegamos, assim, à questão central: o que é a norma? Há mais do que uma norma?

Se definimos língua como um sistema de elementos e regras, teremos de admitir que esses elementos e regras se podem combinar de diversos modos. De diferentes combinatórias resultarão não apenas diferentes estilos individuais mas também diferentes dialectos. Ora, cada dialecto é, ele próprio, um sistema de elementos e regras que admite, tal como a língua, variação. Assim, se a língua tem norma e variação, também o dialecto tem norma e variação e o que é 'normal' nas Beiras poderá soar 'estranho' a um lisboeta.

Então, se cada dialecto tem uma norma, o que é a norma da língua? Podemos defini-la como a modalidade linguística escolhida por uma sociedade enquanto modelo de comunicação. É, portanto, um modelo, um padrão supradialectal. E esse padrão pode concretizar-se em duas vertentes, a escrita e a oral. Na vertente escrita as regras são mais rígidas e determinadas, em grande parte, pela tradição literária. Para a associação 'norma'-'escrita' muito contribuiu o conceito tradicional de 'gramática': como a tradição gramatical se concentrava no 'bom uso da língua' e se apoiava nos 'bons escritores' para ilustrar esse 'bom uso', daí decorre que a vertente linguística mais valorizada era, naturalmente, a escrita. A própria origem da palavra *gramática* (do Grego *gramatiké*, que significava 'arte ou ciência de utilizar bem os caracteres') revela claramente a valorização da escrita que caracteriza os primeiros estudos sobre a língua. Mas a norma não se confunde com o texto literário. Embora a literatura sirva a fixação da norma e

São milhares os idiomas falados no mundo (mais de 6000 no final do século xx) mas só cerca de meia centena tem literatura escrita. Isto não quer dizer que essas línguas não tenham literatura mas simplesmente que a sua tradição literária é oral. Os povos encontraram variadas formas de transmissão da memória colectiva: os Incas, que não tinham uma língua escrita, usavam uns cordões com nós (*quipu*) para registar os factos mais importantes da sua história.

a encontremos nos livros escolares como modelo, ela é apenas uma das utilizações da língua. Aliás, a literatura parece pesar cada vez menos na elaboração da norma do Português, cedendo lugar a meios de comunicação mais imediatos e acessíveis.

Quando escrevemos, seja um texto literário, um ensaio científico ou uma carta, tomamos como referência um modelo culto, uma norma, e quanto mais formal for o documento que produzimos menos nos afastamos desse modelo. Quando falamos sentimos que as margens da norma se alargam mas continuamos a respeitá-las. Agimos assim porque aprendemos. A educação fornece-nos padrões de comportamento que teremos de seguir na vida em sociedade; a escolarização fornece-nos padrões linguísticos que nos comprometemos a respeitar. As normas linguísticas, tal como as normas de conduta, são um compromisso aceite pela comunidade e esse compromisso é perpetuado e transmitido pela escola, que nos confere, assim, um passaporte para a respeitabilidade social.

Aceitamos como a melhor língua a que se encontra ligada aos melhores escritores e consideramos como melhores escritores os que melhor escrevem a língua. Assim não vamos longe.

Otto Jespersen, 1925,
Mankind, Nation and Individual

A norma é um conjunto de regras, um código que nos ensina a falar e escrever de forma ideal. Ora, sendo um código, não pode corresponder à realidade: se a língua não é una e imutável, como poderia existir um código que contemplasse todas as situações, todas as imprevisibilidades do

uso da língua? A norma reflecte, portanto, apenas uma parte da totalidade desse uso e é determinada de duas maneiras: por um lado pelas fontes escritas, por outro pela língua falada.

Mas não são todas as fontes escritas nem toda a língua falada que fundamentam a codificação da língua. Cria-se um modelo de língua a partir das 'autoridades'. 'Autoridades' são os bons escritores (aqueles que a sociedade reconhece como tal) e um círculo restrito de falantes. Esse círculo pode ser constituído pelas pessoas cultas de determinada região. Em Portugal, discutia-se se essa região seria Coimbra (sede tradicional da Universidade) ou Lisboa (capital, sede do poder político). Essa discussão não faz

sentido. O grande meio de difusão da norma é actualmente a televisão: em mais nenhum sítio se reúne um grupo tão restrito de pessoas com tanto poder de comunicar e com tanta necessidade de se esforçar por ser compreendido por um tão largo círculo de espectadores, e essa necessidade de clareza implica uma uniformização que não admite diferenças dialectais. Contudo, a língua tendencialmente uniforme desse pequeno círculo não é independente da totalidade e, exposta às influências externas, vai sendo gradualmente transformada. Assim, todos contribuímos para a evolução do nosso idioma e para a constituição da norma, mas em graus diferentes.

Não é a língua que faz os homens, mas são os homens que fazem a língua.

Fernão de Oliveira, 1536,
Gramática da Língua Portuguesa

Na elaboração da norma escrita, o processo é semelhante: um círculo estreito de textos (literários, científicos, formais, bem como gramáticas e dicionários) é reconhecido como modelo a seguir. Se bem que a norma escrita seja mais definida, mais rígida e mais conservadora, não está, ainda assim, imune às transformações gerais da língua. Uma norma verdadeiramente rígida conduziria a língua a um ponto morto, ou a uma língua estranha, estrangeira, de tal forma que a língua deixaria de servir as necessidades dos falantes.

NORMA CULTA E NORMA-PADRÃO

A palavra 'normal', aplicada a um comportamento, pode ser sinónimo de 'habitual, comum' mas também pode significar 'o que respeita as regras'. Um comportamento linguístico 'normal', no sentido de 'habitual', corresponderá aos padrões habituais observáveis numa dada comunidade. Assim, se observarmos a forma como os portugueses falam e escrevem, poderemos estabelecer uma média estatística, composta pelas estruturas mais frequentes na língua, um **padrão real**. Mas 'normal', entendido como 'regado', 'normativo', não remete para este sistema real mas para um sistema ideal a que chamamos **norma-padrão**.

Portanto, a norma linguística não é apenas o que é 'normal' (no sentido de 'comum' ou 'vulgar') mas também o que a sociedade

Os padrões de comportamento linguístico dos membros da comunidade que têm formação escolar e maior prestígio social constituem a **norma culta**. Norma-padrão e norma culta não são sinónimos e entre ambas ocorre uma complexa interacção que as torna dificilmente distinguíveis. Em Portugal, a norma culta é bastante uniforme e aproxima-se do padrão ideal. No Brasil, a estratificação social é profunda e o comportamento linguístico da população afasta-se significativamente da norma culta.

aceitou como 'normativo': é 'normal' usar-se o *s* apical nas Beiras como é 'normal' usar-se o *s* dental em Lisboa mas a norma-padrão (o conjunto de regras) escolheu e prescreve para o Português o *s* dental.

A norma linguística não é o uso da língua estatisticamente dominante. A norma não é democrática. Não é pelo facto de um grande número de falantes a usarem

que uma determinada variante se torna norma. É certo que o padrão pode coincidir com uma determinada variedade geográfica mas mais frequentemente corresponde ao dialecto da classe social de maior prestígio. Assim como a cultura de uma sociedade impõe padrões de comportamento, também impõe padrões linguísticos. A norma-padrão é um complexo de elementos sociais e linguísticos. Como referência supradialectal, legitimada pela História, ela é factor de identidade, unidade e estabilidade sociais.

Modelo ideal, a norma-padrão (também chamada **norma subjectiva** ou **implícita**) é um objectivo para o qual tendem os membros da sociedade mas que nem sempre é atingido. Quando observamos a produção espontânea dos falantes verificamos que se afastam, em maior ou menor grau, desse modelo. O padrão real, o comportamento mais frequente, nem sempre coincide com o padrão ideal. Mas se perguntarmos aos falantes cuja produção espontânea observámos qual é a forma de expressão mais correcta naquelas exactas situações, veremos que as respostas serão diferentes dos dados que obtivemos na observação da realidade. O velho ditado "faz o que eu digo, não faças o que eu faço" aplica-se aqui: o que os falantes sentem como correcto corresponde ao padrão ideal (norma-padrão) e a forma como realmente agem corresponde ao padrão real (ou **norma objectiva**).

Tal como a partilha do mesmo sistema de valores faz de um grupo de pessoas uma comunidade, também uma comunidade

linguística se caracteriza pela partilha de um sistema supra-dialectal, uma norma-padrão. Isto não significa que falem todas do mesmo modo: o que as une não é apenas o 'como se diz' mas também o 'como se deve dizer'.

HÁ APENAS UMA NORMA OU EXISTEM DIVERSAS NORMAS?

A unidade de um padrão normativo ideal contrasta, naturalmente, com a heterogeneidade do real comportamento linguístico dos falantes. Se a língua se caracteriza quer pela sua unidade quer pela sua diversidade (há uma língua portuguesa com muitas variedades), também a norma terá um padrão ideal mas vários padrões reais. Mas mesmo

um padrão ideal tem variação: se pensarmos que uma língua é uma construção histórica, fácil nos será imaginar que, ao longo dos séculos, também as normas foram sofrendo mudanças. Se a língua muda no decurso dos séculos, também a norma não poderia permanecer imutável. A imagem estática que temos da norma-padrão é, assim, falsa: também o padrão é objecto de mudança e está em permanente construção.

Já dissemos que cada dialecto regional tem normas. Se a norma varia consoante o espaço geográfico ou social, também varia conforme os registos (norma escrita/oral). Uma língua é um complexo sistema de variedades, cada uma com as suas normas hierarquizadas sob o tecto de um modelo ideal. A cada passo escolhemos as normas apropriadas para a ocasião.

Assim como os grupos se cruzam na sociedade, também as normas se interpenetram. No complexo tecido social estão-nos reservados muitos papéis: somos jovens ou velhos, homens ou mulheres, filhos e pais, amigos e colegas. Pertencemos a muitos grupos sociais, cada um com as suas regras de comportamento e

Em 1536 escreve Fernão de Oliveira na sua *Gramática da Linguagem Portuguesa*:

Os cavaleiros têm uns vocábulos e os lavradores outros e os cortesãos outros e os religiosos outros [...] os da Beira têm umas falas e os d'Alentejo outras e os homens da Estremadura são diferentes dos d'Antre-Douro e Minho; porque assim como os tempos assim também as terras criam diversas condições e conceitos.

Quando falamos de norma-padrão, convém distinguir entre língua portuguesa e língua de Portugal. Em Portugal temos uma norma-padrão (modelo ideal), que se aproxima da norma culta (modelo real, usado pelas camadas mais escolarizadas da sociedade), além das várias normas regionais e sociais e dos diferentes registos. Contudo, a língua portuguesa não está limitada a Portugal: na história da expansão do Português para lá das primitivas fronteiras encontramos a justificação para que o nosso sistema linguístico, acolhido por tantas sociedades diferentes, se tenha transformado em um complexo **diassistema**, com mais do que uma norma-padrão.

com as suas normas linguísticas que, enquanto conjunto de valores, são factores de identificação dos grupos. No intercâmbio social é inevitável o contacto entre estas variadas normas. Um jovem beirão que estude em Lisboa dominará a norma do grupo universitário a que pertence tão bem como domina a norma da sua terra quando volta a casa nas férias. Aprendemos as normas linguísticas tal como aprendemos os comportamentos adequados a cada situação, embora nem todos aprendamos com a mesma facilidade ou rapidez, o que

pode, aliás, dar lugar a algum tipo de inadaptação social. Comportamo-nos e falamos de modo diverso se estamos entre amigos ou em ambiente formal, usamos registos diferentes quando falamos ou escrevemos. Conforme o discurso que produzimos, recorremos a padrões fonológicos, morfossintácticos e semânticos diversos.

Uma língua é um conjunto dinâmico de variedades e a facilidade de nos movimentarmos nos meandros desse sistema complexo faz parte da nossa competência linguística. Na realidade, ninguém domina por completo um sistema linguístico. Quem cresceu em determinada área dialectal não conhece perfeitamente os outros dialectos, quem pertence a um grupo social desconhece certas características de outros grupos, algumas inovações são estranhas aos mais idosos... mas todos temos suficiente conhecimento da língua que falamos para lhe reconhecermos um padrão supradialectal, uma espécie de modelo ideal, comum a todos os grupos e todos os registos.

Ora, se esse modelo é *ideal* não é *real*: a diferença entre norma-padrão (ideal) e norma culta (real) é que a primeira só tem existência virtual. A norma culta, a forma como as pessoas mais escolarizadas realmente falam, apenas se aproxima tendencialmente do padrão

ideal. Quando dizemos que 'fulano fala como um livro aberto' mostramos o nosso apreço por alguém que consegue aproximar-se, mesmo na espontaneidade do discurso oral, da norma-padrão.

Se compreendermos que a norma-padrão, correspondendo a um modelo ideal construído pela história de uma língua e da sua sociedade, não tem existência real, teremos que admitir que alguns registos se aproximam mais desse modelo do que outros. O padrão oral nunca atinge o grau de codificação do escrito e admite maior variação. O texto literário, o ensaio científico, o discurso formal, mas também o texto jornalístico e o publicitário, fazem parte de um conjunto de linguagens que se estratificam no nosso quotidiano e que consolidam a nossa imagem de um padrão. Cada discurso, desde a conversa informal que temos entre amigos ao texto literário mais elaborado, se rege por normas. Quem não frequentou a escola não deixa, por isso, de dominar as normas que regem a sua variedade regional e as dos grupos sociais a que pertence. Ao longo da vida vamos conhecendo novos grupos e dominando outras normas. O acesso à escola, aos meios de comunicação, fornece-nos uma norma culta, socialmente valorizada e que se aproxima do modelo ideal, a norma-padrão.

NORMA E ENSINO

Quando iniciamos a nossa aprendizagem escolar já sabemos falar Português. Na escola aprendemos, durante alguns anos, a escrevê-lo. Então, como se entende que a escola insista em prolongar o estudo de uma língua que usamos quotidianamente como meio de comunicação? O objectivo a atingir é o domínio da norma. Aprender a falar a língua materna é-nos tão natural como aprender a andar mas para dominarmos um conjunto de regras (a norma) precisamos da escola.

Se a norma é uma força centrípeta de coesão social, a sua imposição é uma consequência natural da pressão da comunidade, visando a defesa da identidade cultural do grupo. Pode dizer-se que a gramática normativa, pilar do ensino da língua, codifica a linguagem daqueles que exercem o poder. A escola funciona como um instrumento de reprodução da sociedade em que está inserida; o ensino

do padrão linguístico é não só um importante factor de estabilidade social mas também uma poderosa arma de manutenção das ideologias dominantes. Nesta perspectiva, a norma é um elemento sociocultural positivo mas torna-se, também, factor de discriminação e exclusão social. Uma vez que a norma-padrão não é um modelo natural, ela tem que ser transmitida. E deve ser esse o papel da escola: evitar a exclusão, facultando a todos o conhecimento do padrão linguístico e a competência para o utilizarmos.

A gramática tradicional assume uma atitude prescritiva, hierarquizando as variedades da língua e promovendo o combate às tendências de mudança; a gramática descritiva, por outro lado, pretende expor as características do sistema tal como ele é usado nas situações de comunicação.

No entanto, a norma transmitida pelo ensino não deve confundir-se com o padrão ideal nem pode limitar-se à literatura e aos conteúdos dos compêndios gramaticais. Na escola ensina-se uma norma **prescritiva**, fusão de norma-padrão e norma culta. O ensino da língua, ao facultar um conheci-

mento linguístico consciente, deve transcender o 'saber falar e escrever' e permitir a reflexão sobre a complexa rede linguística de uma comunidade.

Tradicionalmente, o ensino escolar incidia mais sobre um padrão escrito (essencialmente literário) do que sobre o padrão falado, precisamente porque os estudos gramaticais que fundamentavam o ensino se concentravam na descrição da vertente escrita da língua. Hoje pensa-se que descrever uma língua implica definir as suas características internas e externas. Por características externas entenda-se o estatuto da língua: há línguas nacionais, oficiais, de comunicação¹, religiosas, naturais, artificiais... O estatuto da língua diz respeito aos grupos sociais que a utilizam, à ligação que com ela estabelecem e à sua divisão em variedades. Quanto à descrição das características internas da língua, ela consiste na classificação dos sons, do léxico e do sistema gramatical. Também as preocupações pedagógicas têm vindo a evoluir e a escola tenta,

actualmente, divulgar a pluralidade da norma – bem como a pluralidade do sistema linguístico –, descrevendo e treinando a modalidade escrita a par da oral. E para o ensino do padrão da escrita, o professor já não se limita ao texto literário, focando igualmente o nível formal de ensaios científicos e textos técnicos e o nível semiformal de, por exemplo, textos jornalísticos.

Se, com o tempo, a língua e o padrão vão evoluindo, também as próprias referências que constituem os modelos sobre os quais se ergue a norma vão sofrendo mudanças: agora, à literatura como modelo do padrão escrito juntam-se os jornais; as classes sociais mais escolarizadas e prestigiadas, que funcionam como modelo da oralidade, alargaram-se aos meios de comunicação social. E é preciso não esquecer o que parece constituir um modelo emergente nos nossos dias, a internet, que admite novas formas de escrita, novos géneros textuais e mesmo novas grafias que diluem o fosso entre grafema (letra) e fonema (som).

COMO SE FABRICA UMA NORMA?

Qualquer falante estabelece com a sua língua materna não apenas uma relação imediata, de mero utilizador, mas também uma relação que é mediatizada pela reflexão metalinguística. A consciência da variabilidade do idioma e o conhecimento da tradição literária favorecem essa reflexão. Não encaramos a nossa língua materna como um simples instrumento de comunicação: valorizamos-la como património. A complexa relação emocional que estabelecemos com o nosso idioma torna-se bem visível em momentos em que o sentimos ameaçado. Quando foi proposto um acordo ortográfico entre os vários países de expressão portuguesa, os ânimos incendiaram-se. Quando a televisão começou a transmitir novelas brasileiras, os portugueses assustaram-se com a possibilidade de modificação da sua língua. As lamentações sobre o 'mau estado do Português' e as iniciativas 'em defesa da língua' repetem-se ciclicamente. Estas atitudes mostram bem que uma língua não é apenas um sistema linguístico mas uma instituição indissociável de todo um conjunto de crenças e valores que reflecte uma determinada estrutura social. E a sociedade defende as

¹ Sobre o Português como língua de comunicação, durante o período dos Descobrimentos, e o desenvolvimento de crioulos veja-se, nesta colecção, *Crioulos de Base Portuguesa*, de Dulce Pereira, 2006.

suas instituições. Uma forma de 'defender' a língua é preservá-la da variação e da mudança. É o que tem feito a tradição gramatical clássica, desenvolvendo a noção de norma ou modelo (e, ao mesmo tempo, a de erro, incumprimento ou desvio: a 'irregularidade' é o verso da 'normalidade'). Aliás, os conceitos 'gramática' e 'norma' confundiam-se, como se pode perceber pela afirmação de Jerónimo Soares Barbosa (1822, *Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa*): "grammatica é a arte de fallar e escrever correctamente a própria língua".

Na Dinamarca, o sucesso de uma política linguística centralizadora, promovida pelo Estado, tem conduzido ao quase total desaparecimento da variação dialectal.

O processo de fixação da norma está ligado ao da institucionalização do idioma nacional: institucionaliza-se a língua como elemento de identificação de uma sociedade e, simultaneamente, constitui-se um saber sobre essa língua, saber que se funda em instrumentos como a gramática, o dicionário, a literatura e a escola. Se a noção de norma é universal, a sua construção é, pois, um processo cultural que implica a existência de uma comunidade que conscientemente desenvolve, reforma e planeia a elaboração da língua. Assim, a língua que aprendemos a falar com os nossos pais é 'natural' mas a norma, que resulta de uma regulação centralizada, é 'artificial': a norma não é a nossa língua nativa mas um produto cultural. A construção de uma norma implica um processo de codificação, que se desenvolve através do pensamento sobre a língua (metalinguístico) e do ensino, e no qual a constituição da tradição escrita desempenha um papel essencial. Pela codificação os povos nobilitam a sua língua, dotando-a de um instrumento fundamental para a sua fixação e elaboração. A interacção entre poder, linguagem e reflexão sobre a linguagem enquadram este processo de codificação.

Uma vez que o próprio conceito de língua está ligado ao de nacionalidade, a fixação de um modelo torna-se um objectivo a atingir, para o qual convergem os esforços de diversos agentes. Trata-se não só de assegurar a eficácia da língua (a supressão da variação assegurará uma maior eficácia na comunicação) mas, também, de promover, na consciência da comunidade, um símbolo de identidade colectiva. Assim, a planificação linguística torna-se uma

actividade institucionalizada e formalmente orientada pelas autoridades públicas, através de um conjunto de mecanismos de regulação linguística e, até de legislação.

O processo de padronização do Galego ilustra bem o papel das autoridades governamentais na construção da norma. Língua literária no século XIII tornou-se, pelas vicissitudes históricas e durante séculos, mera língua oral da população mais desfavorecida. A sua recuperação para a escrita, especialmente ao longo do século XIX, não foi suficiente para a fixação de uma norma. É só em 1983, através da Lei de Normalización Lingüística, que as autoridades políticas oficializam uma norma que pasará a ser promovida pelo ensino e pela comunicação social. Outro exemplo: a criação da República da Indonésia conduziu à constituição, com base no Malaio, do Indonésio, que passou a servir de língua de comunicação a milhões de pessoas.

A história da construção da norma liga-se, pois, à história do conceito de nacionalismo: o nacionalismo baseia-se no reconhecimento de laços como a religião, a cultura ou a língua que definem uma comunidade. É nesse quadro que o idioma nacional se torna um importante factor de identidade e coesão de um povo. Por 'idioma nacional' entenda-se não a língua enquanto sistema abstracto de oposições funcionais mas a língua como instituição social. Nesse sentido, o idioma nacional não é definido pelas suas características linguísticas nem por critérios geográficos mas pela consciência dos falantes de que constituem uma comunidade que fala a mesma língua. E esse idioma nacional necessita de normas que o preservem: desenvolve-se, assim, um modelo legitimado não pelas suas 'qualidades linguísticas' mas pelo valor sociocultural que assume. Não se pode, pois, pensar que um determinado dialecto

O conceito de 'língua' não é apenas um conceito linguístico: línguas diferentes não são necessariamente sistemas linguísticos diferentes e nem sempre sistemas diferentes são línguas diferentes. Veja-se os casos da Jugoslávia e da China. Na Jugoslávia, agora desmembrada em Sérvia, Croácia e Bósnia, os antigos falantes do servo-croata reforçam as suas diferenças dialectais, com vista à instituição de três idiomas nacionais. Na China, por outro lado, sistemas substancialmente tão diferentes que impedem a comunicação são considerados meros dialectos de uma unidade comum, o Mandarim.

ascende ao estatuto de norma por ser um sistema linguístico 'melhor' que os outros.

Podemos imaginar um momento em que vários dialectos estejam ao mesmo nível. Se esses dialectos se distanciarem estruturalmente entre si e se as comunidades que os falam definirem um espaço próprio, então os dialectos podem tornar-se línguas. Foi o que aconteceu com as línguas românicas: a diferenciação linguística no espaço do Império Romano resultou na evolução de dialectos do Latim que se tornaram romances. E a criação de reinos distintos fez ascender alguns destes romances a línguas de comunidades distintas.

Mas também podemos imaginar que, numa dada comunidade, um dos dialectos se eleve acima dos outros, tornando-se dominante (foi o que sucedeu em França, quando o dialecto da Île-de-France se tornou a língua nacional). Isto pode acontecer se, por exemplo, um dialecto acompanhar a ascensão de uma classe social que se torne representante do poder ou do saber (a 'langue du roi', a língua da corte, instalada em Paris, estendeu-se, assim, a toda a população). Tal não significa que esse dialecto emergente seja 'melhor' que os outros que são preteridos em seu favor. Numa perspectiva estritamente linguística, qualquer dialecto é um subsistema da língua, uma variedade complexa e completa, com as suas estruturas e regras. Na multiplicidade de dialectos que constituem uma língua, qualquer um poderá emergir como norma: o que determina a sua selecção não são factos linguísticos mas o seu uso pelo estrato social que detém o poder e o prestígio. A norma não é um mero conceito linguístico: ela decorre de uma construção cultural que encara a língua enquanto instituição social.

Quando um dialecto começa a impor-se adquire, também, uma certa dinâmica: uma vez que é encarado como o dialecto mais prestigiado, passa a ser imitado e cada vez mais usado e quanto mais os falantes recorrem a ele mais importância vai ganhando. Se um dialecto se tornar dominante, então os seus falantes tenderão a codificá-lo, elaborando-o através do estabelecimento de regras e do seu uso na literatura e divulgando-o através do ensino. Este processo envolve critérios sociais e linguísticos e resulta numa hierarquização dos elementos da língua, com uma selecção de variantes em que algumas características serão eliminadas. As exigências

em relação ao dialecto dominante tornam-se, então, maiores, uma vez que esse dialecto terá de adequar-se às novas funções, sofrendo ajustamentos e mudanças estruturais, num processo de elaboração que lhe permitirá alargar a sua esfera de acção. À elaboração da norma seguir-se-á a sua codificação em gramáticas, dicionários e ortografias e, finalmente, a sua difusão através do ensino.

Uma vez elaborada, codificada e difundida, a norma adquire uma função de 'língua franca' (no sentido em que pertence a toda a comunidade, tornando-se supra-dialectal) e os falantes tenderão a esquecer a sua origem dialectal: a norma passará a ser encarada como representante da unidade nacional.